



HAL
open science

O nosso mar é o nosso chão: as armações baleeiras de Santa Catarina e os desafios para a história e a arqueologia

Vitor Marilone Cidral da Costa Do Amaral, João Pacheco de Souza, Dione da Rocha Bandeira, Roberta Barros Meira

► To cite this version:

Vitor Marilone Cidral da Costa Do Amaral, João Pacheco de Souza, Dione da Rocha Bandeira, Roberta Barros Meira. O nosso mar é o nosso chão: as armações baleeiras de Santa Catarina e os desafios para a história e a arqueologia. Universalis, Edições Eduneb. Baleeiros do sul II: antropologia e história da indústria baleeira nas costas sul-americanas, pp.185-198, 2018, 978-85-85813-27-7. hal-04180820

HAL Id: hal-04180820

<https://hal.science/hal-04180820v1>

Submitted on 20 Aug 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Copyright

BALEEIROS DO SUL II

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA DA INDÚSTRIA
BALEEIRA NAS COSTAS SUL-AMERICANAS

Wellington Castellucci Junior

Daniel Quiroz

(organizadores)



UNIVERSALIS
edições
EDUNEB



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Reitor

José Bites de Carvalho

Vice-Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila

Diretora da EDUNEB

Sandra Regina Soares



UNIVERSALIS
edições
EDUNEB

Conselho Editorial

Danilo Gusmão de Quadros
Darcy Ribeiro de Castro
Hugo Saba Pereira Cardoso
Luiz Carlos dos Santos
Maria das Graças de Andrade Leal
Rudval Souza da Silva
Thiago Martins Caldas Prado

Suplentes

Aliger dos Santos Pereira
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
Maristela Casé Costa Cunha
Marluce Alves dos Santos
Mônica Beltrame
Reginaldo Conceição Cerqueira
Valquíria Claudete Machado Borba

Wellington Castellucci Junior
Daniel Quiroz
(Organizadores)

BALEEIROS DO SUL II

Antropologia e história da indústria baleeira
nas costas sul-americanas

Salvador
EDUNEB
2018

© 2018 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil em 2018.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design, Diagramação e Criação de Capa

Sidney Silva

Revisão Textual e Normalização

Tikinet Edições Ltda

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Baleeiros do sul 2: antropologia e história da indústria baleeira nas costas
sul-americanas /Organizado por Wellington Castellucci Junior e Daniel
Quiroz. – Salvador: Eduneb, 2018.

264 p.: il.

ISBN 978-85-85813-27-7

1. Baleia - pesca. 2. Indústria pesqueira - baleias I. Castellucci Junior,
Wellington. II. Quiroz, Daniel.

CDD: 639

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – BA

editora@listas.uneb.br

portal.uneb.br

Esta Editora é filiada à



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

**PAPÉIS, MOTIVOS E RAZÕES:
um panorama breve da “nossa” história** 11

**ESBOZO CRONOLÓGICO DE LAS
OPERACIONES BALLENERAS EN LAS
COSTAS SUDAMERICANAS:
Los casos de Brasil, Chile y Perú** 23
Daniel Quiroz

**CETÁCEOS DO LITORAL SUL BRASILEIRO:
uso e representações simbólicas entre
sambaquianos e ceramistas proto-jê da
baía da babitonga** 39
Jessica Ferreira, Dione da Rocha Bandeira, Fabiana
Comerlato e Jefferson Batista Garcia

**LA CAZA DE CETÁCEOS EN LA COSTA DEL
DESIERTO DE ATACAMA: relatos escritos,
pinturas rupestres, artefactos
y restos óseos** 59
Benjamín Ballester

**A BALEAÇÃO PORTUGUESA DO
ATLÂNTICO SUL NA ÉPOCA MODERNA:
uma análise integrada em história
ambiental marinha** 85

Nina Vieira

**BALEEIROS AFRICANOS:
crise da baleação e empreendedorismo de
dois libertos na ilha de Itaparica, Brasil,
século XIX** 103

Wellington Castellucci Junior

**A CAÇA A BALEIA NAS AMÉRICAS:
digressões e aproximações entre o
Recôncavo da Bahia e o Norte dos EUA
(1790-1850)** 125

Wilson Oliveira Badaró

**BUQUES BALLENEROS DE NANTUCKET
Y SUS VÍNCULOS CON RAPA NUI ENTRE
1830-1860** 141

Roberto Rojas

**VELAS Y ARPONES: el buque ballenero
james arnold y sus tripulaciones tumbinas** 161

Gastón Carreño

**O NOSSO MAR É O NOSSO CHÃO:
as armações baleeiras de santa catarina e
os desafios para a história e a arqueologia** 185

Vitor Marilone Cidral da Costa do Amaral, João

Pacheco de Souza, Dione da Rocha Bandeira e

Roberta Barros Meira 185

**ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL DE UMA
ARMAÇÃO BALEEIRA DO
BRASIL COLONIAL:
o caso da Ilha do Bom Abrigo** 199

Leandro Domingues Duran

**ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA:
alguns apontamentos** 213

João Pacheco de Souza

**A CONEXÃO INGLESA NA BAHIA:
a companhia baleeira de Duder and
Brother** 233

William Edmundson

EPÍLOGO

CHAME-ME AHAB: Led Zeppelin, baleação e Myriam Ellis

255

Leandro Duran e Fabiana Comerlato

SOBRE OS AUTORES

259

O NOSSO MAR É O NOSSO CHÃO: as armações baleeiras de santa catarina e os desafios para a história e a arqueologia

Vitor Marilone Cidral da Costa do Amaral
João Pacheco de Souza
Dione da Rocha Bandeira
Roberta Barros Meira

As armações baleeiras foram empreendimentos litorâneos que serviram como atividade econômica empreitada pela Coroa Portuguesa em Santa Catarina, promovida pela vinda de casais de imigrantes madeirenses e açorianos na segunda metade do século XVIII (COMERLATO, 2011). Sua importância na colônia estava ligada à atividade econômica, pois se tornava um instrumento de renda para a comunidade litorânea das vilas que tinham na caça da baleia matéria-prima para a produção de óleo, sabão e velas, assim como provia renda para os contratadores e para a Coroa, sendo a pesca da baleia um monopólio régio desde 1614, quando passou a ser considerada um peixe-real (SOUZA, 2016).

Além de serem um empreendimento econômico, as armações também foram espaços de vivências, de relações interétnicas, de trabalhadores distintos, de atividades variadas, constituindo-se como verdadeiros espaços sociais (COMERLATO, 1998). As armações baleeiras foram importantes para o aumento do núcleo populacional, servindo como base para a formação de várias localidades na

colônia, podendo ser entendidas como estruturas monumentais da época colonial, escravista e imperial, tornando-se instrumento de salvaguarda e ocupação territorial, de legitimação da posse da terra e servindo “como fonte de elemento de atração para novos agentes de desenvolvimento, como autênticas aldeias.” (ELLIS, 1958, p. 57-58 apud SOUZA, 2016, p. 23).

A armação da Ilha da Graça (atualmente chamada Ilha da Velha), fundada em 1807 por ordem da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro, no município de São Francisco do Sul, e a armação baleeira de São Joaquim da Garopaba, fundada em 1793-1795, tornaram-se, ao longo dos séculos XVIII e XIX no litoral de Santa Catarina, importantes empreendimentos de pesca da Coroa Portuguesa, pois possibilitavam a ocupação mais sistemática do litoral pelos imigrantes açorianos e, por conseguinte, contribuía para a formação de vilas, servindo como atividade econômica, social, religiosa e territorial, na medida em que delimitavam o território para o Reino de Portugal mais ao sul do Brasil e aumentavam o núcleo populacional da região.

A armação baleeira de São Joaquim da Garopaba (1793-1795) e a armação da Ilha da Graça (1807) vêm sofrendo processos de patrimonialização por parte da sociedade civil e acadêmica, na medida em que se atribuem valores e significados aos bens materiais que compõem esse empreendimento, reconhecendo seu valor histórico e patrimonial, sendo elas identificadas e valorizadas por seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, relevantes para o conhecimento histórico, arqueológico e para a sociedade como um todo, que lhes atribui valores preservacionistas e patrimoniais.

Este trabalho tem por objetivo tratar as especificidades das duas armações, reconhecendo-as como empreendimentos que tiveram, ao longo dos séculos XVIII e XIX, importância econômica e social para a colônia, assim como os enfrentamentos na luta preser-

vacacionista dessas armações atualmente, na busca de reconhecimento e identificação do seu valor patrimonial.

ENTRE O HISTÓRICO E O ARQUEOLÓGICO: a armação da Ilha da Graça, em São Francisco do Sul (SC)

A armação da Ilha da Graça está situada no Arquipélago das Graças, na entrada da barra norte, e encontra-se a 12 milhas náuticas do centro da cidade de São Francisco do Sul. O arquipélago é constituído por cinco ilhas, sendo apenas a Ilha da Velha e a Ilha da Paz habitadas (AMARAL, 2004).

Em 1807, por ordem da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro, fundou-se a Armação da Ilha da Graça ou Ilha da Paz no município de São Francisco do Sul. A armação foi fundada logo após o fim do monopólio estatal, em 1801, decorrente da concorrência estrangeira, que se utilizava de “métodos modernos” de caça e fazia melhor aproveitamento da baleia, além da constante diminuição da presença da baleia no litoral catarinense ao longo dos anos em que se efetuou a caça dos cetáceos.

Nos últimos anos do séc. XVIII, os rendimentos já não eram como os obtidos anteriormente, seja pela escassez dos mamíferos na costa catarinense ou fatores como a concorrência externa. Isso acarretou com que a caça ao cetáceo entrasse em declínio e que a coroa extinguisse a forma monopolista de exercer a pesca. [...] Em 1801, a Coroa abria “concorrência” aos capitais que quisessem se associar, entretanto com a falta de interessados ocorreu que a própria Coroa passasse a administrar os estabelecimentos. Durante esse período que a Coroa exerceu a função administrativa da caça, apenas uma armação foi criada em Santa Catarina, a da Ilha da Graça, em 1807, localizada na

barra norte do rio São Francisco, essa fase perdurou até 1816. (BOTELHO, 2013, p. 29).

O município de São Francisco do Sul, desde sua efetiva ocupação – documentada em 1658, com o surgimento do primeiro núcleo de povoação, promovida com a chegada de Manoel Lourenço de Andrade, que “aportou com sua parentela, além de escravos e agregados, de maneira definitiva” (BANDEIRA; MACIEL, 2015, p. 167-168) – e até os séculos seguintes, com a distribuição e regularização das sesmarias¹ na região, teve sua principal economia baseada na pequena agricultura, principalmente da mandioca, tornando-se um importante produto na economia local.

A importância da armação da Ilha da Graça pode ser relacionada com o desenvolvimento urbano na região, na medida em que o óleo fabricado a partir do toucinho da baleia, importante produto para a iluminação das vias públicas e dos engenhos, era utilizado nos engenhos locais – com destaque para o engenho de farinha na região, efetivando a produção de tal mercadoria: a farinha de mandioca. Contudo, vale notar que pouco se sabe e se tem pesquisado sobre a armação baleeira no município de São Francisco do Sul e sobre sua importância local, sendo suas principais informações oriundas do relato oitocentista de Saint-Hilaire (1978), de 1820, e do trabalho do primeiro-tenente Viriato Duarte Hall, em que descreve as ilhas e a paisagem que formam o arquipélago, onde se encontra o farol e sua importância para as navegações (HALL, 1901).

A instalação da Armação da Ilha da Graça foi, conforme Ellis (apud AMARAL, 2004, p. 30), “fruto das tentativas para o reerguimento da decadente indústria baleeira na região meridional”. O conjunto arquitetônico que compõe a armação contém: tanques para depósito

1 As sesmarias foram lotes de terra distribuídos em nome do rei de Portugal com o objetivo de ocupar e cultivar áreas virgens e povoar sistematicamente os territórios delimitados pela Coroa Portuguesa.

de óleo, um engenho de frigar, um armazém onde era guardado o óleo embarrilado para o transporte, bem como acomodações para as pessoas que estavam envolvidas na armação (baleeiros, escravos, o administrador da armação, entre outros). Conforme Amaral (2004, p. 31), “a partir das estruturas arquitetônicas remanescentes *in loco* pode-se inferir que seu conjunto era constituído, ainda, de Paredão e Cais, Rampas e Trapiches; dependências relacionadas ao depósito do óleo da baleia”.

Atualmente, a armação da Ilha da Graça está inserida na propriedade do sr. Carlos Alberto de Oliveira Junior, que solicitou o pedido de aforamento da terra e, juntamente a isso, a proteção dos vestígios arqueológicos remanescentes da armação baleeira do século XIX, empreendida no local (AMARAL, 2004). Os vestígios arqueológicos que estão situados na localidade necessitam de maiores estudos para o seu reconhecimento patrimonial e para a efetivação de sua salvaguarda. O acesso à Ilha da Velha, onde se situa a armação, somente é permitido com autorização da Marinha do Brasil.

A armação da Ilha da Graça merece um maior reconhecimento por parte do poder público, pois marca uma parte da história local do município de São Francisco do Sul, o aumento populacional na região, o desenvolvimento urbano e um importante espaço marcado pelas relações sociais e ambientais desde a primeira década do século XIX.

Embora o acesso à Ilha da Velha seja limitado, o que prolonga a vida dos resquícios materiais da instalação existente no local na medida em que diminui ações antrópicas em seu acervo, pouco se pode trabalhar para fins educativos e patrimoniais naquela região, sendo as únicas informações sobre a instalação da armação oriundas da historiografia e da documentação primária.

O CONJUGAR DO PASSADO ATRAVÉS DOS RESQUÍCIOS HISTÓRICOS DA ARMAÇÃO BALEEIRA DE GAROPABA

O nome Garopaba, segundo Boiteux (1914), origina-se de nomes indígenas. *Ygara* significa lagoa, e *upaba*, canoa, formando, então, “lagoa da canoa”. Segundo o padre Besen (1980) esse nome vem grafado como “Cahopaba” na Carta de Turim, em 1523, pela primeira vez; ou assim: Upaua, Upaba, Guarupeba. Muitos veem nesse nome o significado de “enseada das garoupas”. Mas o verdadeiro significado está no guarani, a língua local: *ygá*, *ygara*, *ygaratá*, que significa barco, embarcação, canoa; *mpaba*, *paba* é estância, paradeiro, lugar, enseada. Garopaba então significa “lugar dos barcos” ou “enseada dos barcos” (BESEN, 1980, p. 11-12).

É preciso que se atente para o fato de que Garopaba se inseriu no processo de ocupação do litoral catarinense a partir do século XVII, com a expansão do Império Português em direção ao Rio da Prata, quando são instalados os primeiros núcleos de povoamento. Destaca-se a presença de Brito Peixoto que, pelo que se sabe, se instalou onde atualmente é a Enseada de Brito, cujo nome lhe seria uma homenagem (BRITO, 1952, p. 18). Domingos de Brito Peixoto teria permanecido por um período em Enseada de Brito, de onde se deslocou para fundar Laguna. Segundo Brito (1952, p. 94), a Freguesia que:

oferece um bom ancoradouro e abrigo aos navios é situada na costa da Terra firme defronte do canal da barra do sul da capital. Foi seu fundador Domingos de Brito Peixoto, que no ano de 1652 veio de Santos, daí chamar-se Enseada de Brito. O local é plano e vistoso e perto se eleva a serra do Cambirela da qual se precipitam cachoeiras de excelente água potável. É farta de peixe, cultiva-se aí cana-de-açúcar, mandioca, café e legumes. Suas matas encerram boas madeiras de

construção e marcenaria. Povoação pequena situada na terra firme à beira-mar sobre a costa fronteira à ponta de Caiacangoassu, na Ilha, e quase leste-oeste com a mesma ponta. A igreja é pequena e antiga, dedicada à N. S. do Rosário, e tem um vigário. O limite desta Freguesia pelo norte chega a duas léguas, até o rio Aririú, por onde extrema com a Freguesia de São José; e pelo sul avança a seis léguas até o lugar chamado Páo da Rainha, nos matos de Garopaba. A sua população compunha-se de 1.511 almas, distribuídas em 555 homens brancos, 569 mulheres brancas, escravos homens 289 e mulheres 98.

A vida econômica na Freguesia era basicamente voltada para o mercado local, que se expressava principalmente pela produção de farinha de mandioca e pela pesca artesanal. Os batismos, os casamentos, as festas religiosas e os atos relativos à morte constituíam o centro da vida social em que ocorria o convívio social, o namoro, os negócios e os espaços para o exercício das lideranças; ou melhor, a vida social era centralizada pela igreja católica. A grande maioria da população vivia na pobreza, e os poucos que detinham uma melhor condição assumiam a liderança, seja na vida religiosa, como padrinhos, festeiros, dirigentes das confrarias, seja na vida civil, como juiz de paz, subdelegado de polícia ou militar graduado das forças militares (FARIAS, 1980). Neste contexto é que Garopaba vai ser povoada.

A instalação da Armação de Garopaba pode estar relacionada à manutenção dos lucros perdidos pelos contratadores com a invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, em 1777. Além disso, pode-se considerar plausível a necessidade de ampliação da área de pesca para fazer frente à redução progressiva de baleias no litoral catarinense. Soma-se a essas hipóteses o enfrentamento da concorrência com as companhias estrangeiras. Aliás, outro aspecto que se conjuga com o

projeto de defesa e ocupação do território no Brasil meridional é a condição de Garopaba e de Imbituba como pontos estratégicos do litoral. Esses locais possibilitavam acesso à terra em boas condições, pois eram os únicos pontos, além de Laguna, entre a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, que ofereciam condições propícias para embarque e desembarque de embarcações para reparos, aguada e descanso das tripulações.

É preciso não esquecer que dentre os documentos relacionados à Armação de Garopaba pode-se destacar a pintura feita por Jean-Baptiste Debret. O pintor francês, ao retratar as riquezas do país nascente, traz uma perspectiva das instalações, assim como a localização espacial da armação. Assim também deve merecer atenção a Planta de Localização da Armação de Garopaba, encomendada pelo governador da Ilha de Santa Catarina, Miranda Ribeiro. A planta contém ainda uma legenda relacionando e identificando as obras. É preciso que se considere que, nesse caso, tanto o registro iconográfico quanto o cartográfico podem servir como atestados de sua localização e como bases para formar uma ideia de suas dimensões e disposição espacial.

Ainda com relação ao tamanho do empreendimento, pode-se contar com o Inventário da Armação, feito em 1816. Como se pode identificar na Tabela 1, o conjunto das instalações era significativo, e estas cumpriam funções importantes.

Tabela 1 – Inventário da Armação Baleeira de Garopaba, realizado em 1816

Edificações e estruturas	Equipamentos e utensílios
Capela	Lanchas e canoas
Casa de vivenda	Trapiche
Armazém	Caldeiras
Casa do hospital	Ferragens e ferramentas
Senzala dos escravos	Terrenos
Casa dos feitores	Campanhas das baleeiras
Casa do engenho de frigar baleias	Paredes e cais de pedra
Casa dos tanques	Casas cobertas de palha

Fonte: Arquivo Nacional (1816).

As atividades da pesca da baleia em Garopaba, de acordo com a pesquisa realizada, se estendem até 1824, sendo escassas as informações sobre a Armação de Garopaba. Destaca-se do texto de Ellis (1958, p. 389) que em 1827 o coronel João Xavier de Souza ficou como depositário da Armação e que em 1837 ela foi arrematada por Manoel Francisco de Souza Medeiros. Outra informação descreve a condição de abandono das armações existentes em Santa Catarina (ALVIM, 1914, p. 86-93). Além disso, Alvim (1914) apresentava a proposta de criação da Freguesia de Garopaba como alternativa para o aproveitamento de suas instalações e estímulo para manter a população ali instalada. Não obstante tal defesa, a proposta de elevação de Garopaba à condição de Freguesia só foi apresentada em 1827, concretizando-se em 1830.

A Armação Baleeira de Garopaba deve ser considerada justamente enquanto uma das unidades complexas destinadas à

caça e ao processamento da baleia que se espalharam pelo litoral do Brasil. Mas, por outras razões já expostas anteriormente, importa lançar um olhar mais detalhado sobre os impactos locais desses empreendimentos. Certo é que a armação desempenhou, a partir de sua instalação e funcionamento, um papel relevante no processo de ocupação e formação de Garopaba, principalmente quando se considera o conjunto de edificações, de atividades e da população ali fixada. Certamente possuem aspectos de particular interesse para essa História regional: o processo de ocupação do território em Garopaba e região com a implantação da armação; a fixação e o aumento da população local após 1793-1795; a produção e a circulação de bens relacionados direta e indiretamente com a pesca da baleia; a ampliação e a dinamização das atividades religiosas e sociais no seu entorno; o fortalecimento do lugar como ponto de conexão com outras regiões para aguada, repouso e desenvolvimento da pesca (e seu escoamento) e da produção agrícola (farinha de mandioca e pescado, em especial), principalmente para Laguna, Rio Grande do Sul e Ilha de Santa Catarina; e ter servido como local de passagem e de repouso para viajantes e tropas militares para a defesa do território.

De fato, pode-se considerar que a criação da Freguesia de São Joaquim de Garopaba em 1830 e sua efetiva instalação em 1846 vincularam-se diretamente à movimentação social, religiosa e econômica existente na armação baleeira. Como já foi discutido, para além das referências ao contexto de vinculação das armações ao Império Português, elas incitaram obras de toda sorte, um processo de diversificação econômica, um aumento populacional expressivo, dentre outras mudanças no contexto local, que acabaram por ensejar questões que extrapolaram o fornecimento de óleo de baleia. Ora, nesse sentido, a formação e o desenvolvimento de núcleos populacionais e suas conexões com a atividade baleeira devem ser considerados por seus traços originais. Ou melhor, a sua análise

possibilita compreender as particularidades e similitudes de uma complexa rede de atividades econômicas que fomentaram processos de ocupação e, igualmente, o comércio interno de gêneros diversos na colônia portuguesa.

Sobre esse assunto, gostaríamos de acrescentar que, hoje, o tombamento da Armação de Garopaba está restrito à Igreja São Joaquim. Nesse sentido, a grande maioria dos resquícios arquitetônicos e urbanísticos que forjaram a paisagem na qual se reúnem elementos entrelaçados com a memória e a História de Garopaba não se encontra protegida. Importa lembrar que a história das armações baleeiras registrou fatos, eventos e acontecimentos, tidos como relevantes, que ocorreram naquele espaço, em épocas distintas, mas articulados e cuja abrangência se refletiu na vida política, econômica, social e religiosa. A convicção do significado do valor do conjunto de bens que ali se comprova corrobora o posicionamento que considera essencial o reconhecimento de toda a área como pertencente a um único complexo patrimonial regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos manifesto, enfim, que pela importância que tiveram no período colonial, as atividades baleeiras merecem estudos mais aprofundados – que passam tanto pela Arqueologia quanto pela História. O isolamento e a pouca visibilidade dada ao tema apontam para espaços e registros arqueológicos e históricos remanescentes das armações que sofrem um progressivo processo de apagamento e degradação patrimonial. Naturalmente, a identificação de um patrimônio é um processo sempre em construção, que deve considerar o contexto histórico, econômico, político e cultural quando seus diversos atores reivindicam estabelecer projetos de seleção e gestão de bens culturais. De nossa parte, procuramos revelar um universo complexo

que criou e intensificou processos de povoamento e estabeleceu áreas de produção geradoras de fortes impactos tanto econômicos como culturais, cujas marcas são visíveis até os dias de hoje.

Procurou-se oferecer assim uma perspectiva das armações baleeiras de Garopaba e da Ilha da Graça, discorrendo-se sobre a sua implantação e as condições necessárias para a sua instalação – passando por suas estruturas, operação e comercialização, indicando sua importância para a economia e para a cultura regional. As armações constituíam espaços em que se entrelaçavam a pesca, a produção e a comercialização dos derivados da baleia, o convívio social, as práticas religiosas, de saúde e um organizado sistema de produção e manutenção de instrumentos, ferramentas, embarcações, apetrechos para a pesca e para as várias edificações existentes.

Pode-se afirmar que as armações constituíram um ambiente social com uma gama diversificada de ofícios e de trabalhadores, transformando seus espaços de acordo com suas necessidades e aptidões – embora colocassem em marcha um processo de autodestruição ligado, em grande parte, às práticas de exploração predatória. Aliás, tem-se a impressão de que as heranças e os resquícios de ambas as armações continuam a sofrer com um progressivo processo de ruína. Como o movimento contínuo do mar, pode-se ainda repetir as palavras de José Bonifácio de Andrade e Silva (1790, p. 400) ao insinuar as silhuetas sombrias da caça das baleias. Ou seja, é preciso repensar as armações de maneira que não as danifiquem para o futuro.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Miguel de Souza Mello e. A pesca da baleia em Santa Catarina. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 3, p. 86-93, 1914.

- ARQUIVO NACIONAL. *Real Administração da Pesca da Baleia*. Rio de Janeiro: Junta do Comércio, 1816. (Caixa 360).
- AMARAL, Maria Madalena Velho do. *Levantamento Arqueológico – Ilha da Velha – São Francisco do Sul/SC: relatório final*. Florianópolis: Carlos Alberto de Oliveira Junior, 2004.
- ANDRADE E SILVA, José Bonifácio de. Memórias sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa, 1790. v. 2, p. 388-412.
- BANDEIRA, Dione da Rocha; MACIEL, Joelson Lopes. Contribuição da pesquisa documental à história dos impactos sobre os sambaquis da costa leste de São Francisco do Sul/SC. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Santa Vitória do Palmar, v. 7, n. 14, p. 164-179, 2015.
- BESEN, José Artulino. *São Joaquim de Garopaba: recordações da Freguesia 1830-1980*. Brusque: Gráfico Mercúrio, 1980.
- BOTELHO, Cleber Junior. *A pesca da baleia no litoral catarinense: um retrato de sua importância através dos relatos dos viajantes de 1742-1827*. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. A pesca da baleia. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 3, p. 4-16, 1914.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 1952.

COMERLATO, Fabiana. *Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica*. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

COMERLATO, Fabiana. As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 2, p. 481-501, 2011.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial. *Revista de História*, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 379-424, 1958b.

FARIAS, Vilson Francisco de. *A freguesia da Enseada de Brito: evolução histórica-demográfica no período de 1778 a 1807*. 1980. 292 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

HALL, Viriato Duarte. *Praticagem e roteiro da costa sul do Brasil: do Rio de Janeiro a Montevidéu*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1901.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SOUZA, João Pacheco de. *Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba: um olhar sobre a história de um patrimônio*. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

La caza de ballenas con fines comerciales se instala en las costas atlánticas sudamericanas a comienzos del siglo XVII cuando Felipe III, rey de España y Portugal, otorga el 9 de agosto de 1602 "al capitán Pedro de Urecha y a su socio Julián Miguel, vecinos de Bilbao, [...] el privilegio de pescar ballenas en las costas de Brasil, por un plazo de diez años". A mediados del siglo XVIII se inicia la caza pelágica de ballenas y los balleneros angloestadounidenses, en busca de los ricos caladeros meridionales de cachalotes" llegan en 1772 a las costas de Brasil, en 1775 a las islas Malvinas y en 1789 alcanzan las costas de Chile y Perú, cuando el ballenero AMELIA de la Casa Samuel Enderby & Sons, de Londres, captura el primer cachalote en un punto frente a la costa que se extiende entre Arica e Iquique. A comienzos del siglo XX llegarán los noruegos a las costas sudamericanas y antárticas, trayendo consigo una nueva forma de cazar ballenas, con rápidos buques a vapor equipados con un cañón arponero, que les permitirá capturar ballenas, hasta ese momento inalcanzables. A mediados de la década de 1960 los japoneses instalarán sus faenas con la novedad de obtener carne de ballena para consumo humano. Los países de la región reaccionarán desarrollando diversas operaciones balleneras locales, unas de gran complejidad, otras muy sencillas, entre los años 1614 y 1987, cuando se cierra la última planta ballenera sudamericana en Costinha, Paraíba, Brasil



<https://portal.uneb.br/eduneb>

